

Família e dinâmicas sociais em Cabo Verde: fortalezas e vulnerabilidades

Clara Silva¹, Gertrudes Silva de Oliveira²

Resumo

Este trabalho aborda a família em Cabo Verde desde uma perspectiva histórico-cultural, considerando a dinâmica social deste arquipélago, das características do seu povoamento à sua estruturação social, onde se destacam os processos de mestiçagem e criouliização, sob um pano de fundo geofísico, climático e sociológico extremamente desafiante. O nosso objetivo é contribuir para o enriquecimento do debate e do conhecimento em torno das especificidades da família cabo-verdiana, evidenciando alguns aspetos que promovam a reflexão sobre os desafios de um projeto socioeducativo junto daquelas que se encontram em situação de vulnerabilidade educativa e socioeconómica.

Palavras-chave: família, Cabo Verde, fortalezas, vulnerabilidades, criouliização.

Abstract

This paper addresses the issue of the family in the context of Cape Verde from a historical-cultural perspective, therefore considering the social dynamics that characterize this archipelago: that is, the characteristics of its human settlement, and the peculiarities its social structure, in which the processes of mingling and creolization stand out, within a geophysical, climatic and sociological extremely demanding. Our goal is to contribute to the enrichment of the debate, promoting knowledge of the specificities of the Cape Verdean family, while highlighting some aspects that promote reflection on the challenges of a socio-educational project carried out with families living in situations of educational and socio-economic vulnerability.

Keywords: family, Cape Verde, strengths, vulnerability, creolization.

Introdução

A sociedade cabo-verdiana caracteriza-se desde a sua origem como um espaço de mestiçagem de povos e culturas, aberto ao mundo, de-

¹ Professora associada de Pedagogia Geral e Social, Dipartimento di Formazione, Lingue, Intercultura, Letterature e Psicologia (FORLILPSI), Università degli Studi di Firenze.

² Professora de Ciências da Educação, Universidade Jean Piaget de Cabo Verde.

envolvendo, entretanto, uma cultura própria – a cultura crioula que se reflete em todos os âmbitos da vida social. Entretanto, o sistema escravocrata instalado com a colonização e as relações profundamente assimétricas entre os grupos em presença terão deixado marcas profundas na sociedade e cultura crioulas. Por outro lado, dada à sua localização geográfica na faixa de extensão do deserto do Saara, o arquipélago de Cabo Verde sempre apresentou uma elevada vulnerabilidade climática, sendo ciclicamente fustigado pela seca. Esta situação tem exigido da sua população elevada criatividade, solidariedade e sacrifícios elegendo a emigração enquanto estratégia de sobrevivência, ocupando posição de relevo na dinâmica socioeconómica e na forma de estar e viver dos cabo-verdianos. Estas características intrínsecas à sociedade cabo-verdiana refletem-se na estruturação e dinâmica da sua célula fundamental que é a família. Assim, através de uma abordagem histórico-sociológica propomos neste artigo gerar um debate em torno das especificidades da família cabo-verdiana de forma interligada à história e às características geofísicas e socioculturais desde pequeno país insular da África Ocidental. Em última análise, pretendemos promover uma reflexão sobre os desafios educativos em contextos de vulnerabilidade social e familiar.

1. Diversidade e complexidade da família hoje: o caso de Cabo Verde

O tema família é complexo, exigindo no seu estudo abordagens multidisciplinares de modo a abarcar as múltiplas dimensões da mesma. Com efeito, a partir de uma breve revisão bibliográfica sobre este tema constata-se que vários autores, entre os quais antropólogos, historiadores, sociólogos, teólogos, psicólogos têm buscado refletir sobre ela, conceptualizando-a e desenvolvendo teorias sobre a mesma. Iremos destacar aqui as contribuições de Poster (1978, trad. port. 1979), que tentou elaborar uma teoria crítica da família contribuindo assim para reforçá-la como uma área científica de estudo. Partindo de uma revisão cuidada sobre a literatura que aborda o tema, este autor conclui que a história da família é descontínua, não-linear e não-homogénea, envolvendo não só uma, mas várias estruturas familiares distintas e complexas que não podem ser correlacionadas de forma reducionista. Nesta linha, o autor defende que a família burguesa com as suas características específicas (família nuclear – mãe, pai e filhos –, relação de dominação do homem sobre a mulher e sobre os filhos espelhando assimetria do poder no lar, hierarquização das gerações e diferenciação dos agentes socializantes

com base na idade e no sexo) não pode ser considerada o único modelo de família como subentendem algumas reflexões sobre a mesma baseada na teoria freudiana. Ela é apenas um modelo de família historicamente distinto e não uma norma universal. Com efeito, apesar de continuar a ser uma referência, o modelo nuclear, na atualidade, tem sido também bastante criticado especialmente nos seus mecanismos de reprodução das hierarquias de idade e de sexo. Importa, pois, que os estudos sobre a família integrem uma contextualização histórico-sociológica dando conta de padrões familiares distintos cada um com a sua história. Aliás, o autor, a partir dos seus estudos sobre a história da família europeia, distingue quatro tipos de estruturas familiares:

- a burguesa (século XIX) caracterizada pela autoridade dos pais, amor parental aos filhos, uso de ameaças de retirar o amor em vez de castigos físicos;
- a aristocrática (séculos XVI-XVII) definida pelo pouco valor à privacidade, aos cuidados e relações íntimas com as crianças, deixando a vida emocional das mesmas entregue a pessoas adultas próximas;
- a camponesa (séculos XVI-XVII) com traços comuns à família aristocrática, onde a unidade básica de socialização não é o lar mas sim a aldeia, e especialmente os parentes, sendo tudo compartilhado com todos, evidenciando um desconhecimento ou não-valorização da noção de privacidade; as relações entre pais e filhos não se caracterizando pela intimidade e intensidade emocional e onde as sanções são impostas com castigos físicos;
- a trabalhadora (início da Revolução Industrial), cuja fase inicial era caracterizada pelas duras condições quotidianas de vida tendo todos os membros da família que trabalhar. A fábrica configurava-se, assim, como o espaço de socialização das crianças através do trabalho. Mais tarde, com a conquista dos direitos trabalhistas, a política de universalização do ensino e o desenvolvimento tecnológico que aliviou a mulher da sobrecarga de trabalho doméstico que ela tinha que enfrentar após o trabalho duro nas fábricas, nota-se uma aproximação em termos de assimilação das características da família burguesa por parte da classe trabalhadora.

Poster defende ainda que as transformações que ocorrem no campo familiar não são simples consequências das transformações nos modos de produção como pretendiam os teóricos marxistas. E conclui apresentando três níveis de análise importantes nos estudos sobre a família: o nível emocional/psicológico, a vida quotidiana da família e a relação

entre a família e a sociedade. Estes níveis de análise estão, do nosso ponto de vista, todos interligados considerando a família como o *locus* da formação da psique e da identidade dos indivíduos, o espaço primário de interação social onde se geram, se consubstanciam e/ou se questionam as hierarquias de idade e de sexo através das relações de poder e das formas de relação comunicativa. Todavia, sem descuidar nenhum dos níveis de análise, iremos neste estudo focalizar a relação entre a família e a sociedade considerando algumas dimensões características da família cabo-verdiana na sua relação com as vicissitudes da história deste arquipélago.

A partir de uma pesquisa realizada na ilha de Boavista, Lobo (2010) caracterizou a organização da família cabo-verdiana como sendo: (i) extensa – com uma priorização para laços consanguíneos; (ii) com forte mobilidade do homem, mulheres e crianças e (iii) tendo como unidade básica a mulher (família matrifocal). Focalizou, igualmente as discrepâncias de género no seio da família constatando que o homem geralmente é marcado pela sua ausência física no quotidiano dos filhos e muitas vezes não contribui nem na educação nem financeiramente para o bem-estar dos filhos, detendo a mulher um importante papel educativo, afetivo e inclusive económico, no seio da família mesmo quando está na emigração. A mulher cuida de todos e considera ser esta é a sua tarefa sendo que a sociedade espera dela na família o cuidado do lar e a educação dos filhos, não esperando o mesmo do homem.

Este panorama familiar traçado pela autora é perceptível de uma forma geral por todo o arquipélago embora não abranja toda a complexidade da realidade familiar. Especialmente na atualidade com o desenvolvimento educativo e urbano, a emigração e uma maior democratização política e social podemos falar de mudanças e permanências nas estruturas familiares, com predominância da família nuclear, não obstante ainda ser expressiva as famílias alargadas e monoparentais, especialmente no meio rural e nas periferias urbanas. Dados estatísticos apontam ainda para uma predominância de famílias formadas por união de facto (39%) em detrimento das unidas pelo matrimónio (21%) (INE 2010, p. 44). Por outro lado, constata-se que uma parte significativa das famílias cabo-verdianas é formada por mães solteiras. Uma pesquisa feita em 2017 sobre uma amostra de agregados familiares, evidencia que em 97% dos casos são as mulheres a cuidar das crianças com menos de seis anos de idade entre as quais 82% são suas próprias mães (Seurat, 2017, p. 15). Segundo uma outra pesquisa, baseada em dados menos recentes, só 35,8% dos menores de 14 anos vive com ambos os pais, enquanto 37,5% vive com

só com a mãe, de modo que cerca de 61% dos adolescentes cresce sem a figura paterna (INE, 2008, p. 40). Uma realidade que se torna mais complexa se levarmos em consideração as situações também frequentes de maternidade em idade precoce, aliada à pobreza económica que toca sobretudo as mulheres (OMS, 2010).

Embora constata-se na atualidade também uma maior consciência sobre as questões de equidade de género, urge uma reflexão aprofundada para percebermos melhor o significado social de determinados comportamentos que persistem na família e a torna vulnerável, minando a sua força e dificultando o desempenho do seu importante papel na sociedade. Propomos iniciar esta reflexão pela via do autoconhecimento da nossa história destacando o entrelaçamento entre as dinâmicas sociais e as familiares.

2. A relação família/sociedade cabo-verdiana: algumas considerações de base

A família é a célula basilar da sociedade. Ela é, em si mesma, uma micro-sociedade que medeia a reprodução social e biológica, a passagem de valores, a renovação cultural, a inovação, a significação identitária. Desde muito cedo se procurou normatizar a família, criando leis e regulamentos sobre vários aspetos relacionados à sua constituição, composição, transmissão de bens de geração em geração, normas de comportamento. Porém, a revisão da literatura e a realidade empírica confirmam uma diversidade de significações e de estruturas familiares de acordo com coordenadas espaciotemporais e socioculturais.

Nesta linha, abordar a relação família/sociedade é importante para uma contextualização e compreensão das estruturas familiares nas suas especificidades e complexidade locais. No caso da família cabo-verdiana importa referir que ela teve a sua génese no século XV no contexto da colonização europeia, a partir de múltiplas referências matriciais. Desabitado à altura do seu achamento por navegadores europeus ao serviço da coroa portuguesa, o reconhecimento da posição estratégica do arquipélago de Cabo Verde para os propósitos da expansão portuguesa ditou o seu povoamento. Este iniciou-se com a chegada de colonos europeus (composto maioritariamente por portugueses, mas que integravam também italianos, espanhóis), na segunda metade do século XV, e de africanos trazidos da Costa Ocidental, maioritariamente na condição de escravos. É de destacar que Cabo Verde desempenhou nos primeiros sé-

culos da sua história o papel de entreposto comercial de escravos. Assim, os primeiros moradores da Ilha de Santiago, a primeira ilha ocupada e povoada, foram intermediários deste comércio triangular que ligava a Europa, a África, a América e a Ásia, estando ligados ao comércio com a costa da Guiné donde traziam os escravos que depois eram negociados e reexportados para o continente americano, ficando uma parte para o consumo local.

O sistema escravocrata instalado no arquipélago logo após o povoamento favoreceu aos colonizadores europeus a apropriação não apenas do trabalho escravo mas também da própria escrava, pressupondo uma situação de submissão total. Nisso, vale ainda considerar o facto apontado por Carreira de que entre os colonizadores brancos a mulher era escassa. De acordo com este autor, «a mulher europeia não emigrava para África; e quando foi com o seu homem fê-lo raramente». Quanto a mulheres solteiras o mesmo autor dá conta que em 1513 (cerca de meio século após o início do povoamento) existia apenas quatro mulheres brancas solteiras no arquipélago (Carreira, 1997, pp. 21-32). Entretanto entre os africanos trazidos escravizados, o grupo era composto por homens, mulheres e crianças e se configurava bastante heterogéneo em termos étnico-culturais.

Estas características do povoamento aliadas à situação escravocrata terão impactado a génese da formação da família cabo-verdiana, configurando-lhe, em termos gerais, alguns traços estruturantes. Em primeiro lugar consideremos as possíveis implicações decorrentes de uma relação conjugal marcada pelo «concubinato» entre colono branco e a escrava. Carreira dá conta deste concubinato entre os governadores das ilhas e as escravas caracterizando-o de «poligamia de facto e não de direito», pois casados ou não, os colonizadores misturaram-se com as escravas. É importante referir que o concubinato do homem branco com a mulher negra apesar de ser condenado pelos defensores da pureza da raça branca, parece ter sido algo muito frequente na época e acontecia inclusive entre os sacerdotes. Decorrente desta forma de conjugalidade o autor refere a uma estrutura familiar normativa patriarcal na base da família cabo-verdiana, e por outro lado à «mãe solteira como realidade sociológica» (Carreira, 1984, p. 146).

O traço comportamental de «poligamia de facto, ainda hoje frequente em alguns sectores da sociedade cabo-verdiana, conforme estudos recentes (Lobo, 2012; Monteiro, 2013; Monteiro, 2016), tem sido, com efeito, considerado de certa forma uma herança da colonização. Entretanto, cientistas sociais cabo-verdianos divergem quanto à atribuição

desta «herança» à imitação do comportamento dos homens brancos no processo de colonização (Carreira, 1977; Lopes Filho, 1996), ou a reminiscências do regime poligâmico existente nas sociedades da nossa sub-região africana, embora desvirtuada por não ser assumida formalmente pelos homens e ser mal-aceite pelas mulheres (Dias, 2006, p. 25). Correia e Silva, um dos autores da *História Geral de Cabo Verde*, traz a este respeito uma terceira via de análise, referindo que também entre os escravos as uniões eram livres, pouco estáveis e fora de qualquer quadro institucional. Este historiador relaciona, contudo, tal postura com o próprio sistema escravocrata que promovia um comportamento promíscuo do macho, reservando a função de reprodução e cuidado da descendência exclusivamente à mulher, tudo isso numa perspectiva rentista. Em consequência desta forma de união conjugal e sem descuar o modelo patrilinear das famílias dos terratenentes, este autor afirma que sobretudo entre os escravos «o que figura no registo histórico como unidade familiar identificável e reconhecida é o grupo mãe-filhos. [...] A célula familiar básica era constituída pela mãe e pelos filhos, sendo o homem variável e marginal» (2001b, p. 325). Portanto, falamos de «famílias matrícênticas, nas quais a presença do pai é ténue quando não inexistente: ‘mater certa, pater incertus’» (*ibidem*).

Uma outra faceta relevante na caracterização da família cabo-verdiana e que de certa forma entechoca com esta tendência comportamental sócio-familiar dos primeiros séculos da colonização tem a ver com o papel da Igreja católica presente no arquipélago desde o início do seu povoamento. Seu posicionamento contra o concubinato, a mancebia e o adultério e a sua defesa do casamento trazendo como modelo a família de Nazaré, cria ambivalências entre o ideal e o real na estruturação da família cabo-verdiana. Pode-se afirmar que a moral religiosa envolvendo os valores cristãos de família nuclear, casamento, fidelidade conjugal e da mulher submissa foram interiorizados e idealizados pela sociedade cabo-verdiana sendo ela maioritariamente católica. Contudo torna-se contraditório na sociedade escravocrata instalada, a vivência destes valores, mesmo por parte alguns dos membros da igreja, como já se referiu anteriormente. Acredita-se que poucas famílias terão podido corresponder a este ideal religioso sendo provável que as perspectivas rentistas ligadas ao tráfico terão falado mais alto do que o próprio modelo religioso de família, contribuindo para uma não promoção de uniões seguras e uma certa desresponsabilização do dever paternal geradora de instabilidade na família. A este propósito Martins e Fortes (2011) afirmam que a família nuclear seria um modelo ideal, embora distante da realidade concreta.

Todavia, pela sua religiosidade, a imagem de uma família unida pelo matrimônio subjaz como um ideal, uma aspiração, representando igualmente o anseio pela estabilidade afetiva e econômica na vida familiar cabo-verdiana. Quando se pensa no valor atribuído pelas nossas gentes ao casamento como um evento social e familiar, símbolo de prestígio e estatuto social e que merece ser festejado com toda a exuberância, acredita-se que ele foi e continua sendo ativamente procurado especialmente pela mulher, em detrimento dos outros estatutos (solteira, companheira). Para o conseguir para além da beleza há regras socioculturais tradicionalmente estabelecidas: ser trabalhadeira, séria, submissa, filha de “boa gente”. Mesmo assim nem sempre o conseguia tendo que se conformar com a condição de “rapariga” (companheira), o que é socialmente desprestigiante.

Estes valores contrastantes na base da família cabo-verdiana são elementos que na dialética social e aliados a outros fatores irão contribuir para as permanências e transformações no quadro sócio-familiar tradicional. Neste contexto é importante considerar o papel desafiador da mestiçagem e do mestiço em particular na colocação de demandas familiares (educação, alimentação, assunção da paternidade e da relação conjugal). Embora nem sempre correspondidas, com o tempo e considerando as vicissitudes por que passou o arquipélago, estas reivindicações posicionarem-se como destruturantes e geradoras de novas sociabilidades familiares, contribuindo ao lado de outros fatores³ para a desagregação da sociedade escravocrata. Com efeito, apesar de bastardos, muitos tiveram acesso à educação e aos bens dos pais brancos tornando-se «brancos da terra» e algumas mulheres terão assumido posições de destaque ainda no tempo colonial, seja no âmbito do tráfico negreiro seja com a morte dos maridos/companheiros. A este propósito, Fernandes, destaca «o cruzamento do homem branco com a escrava negra [...] como uma das principais máquinas propulsoras da sociedade crioula» que, perante a ausência da mulher branca, terá feito da «escrava/amante não um ancoradouro dos impulsos sexuais do senhor branco mas sim uma legítima parceira» pois «a partir do envolvimento com suas escravas, eles foram obrigados a nítidos reajustamentos existenciais» por exemplo «alforriar

³ Moral religiosa dos colonos, perda da função de entreposto comercial de escravos na cena do comércio internacional e conseqüente abandono por parte da Metrópole, frequentes secas e conseqüente libertação dos cativos e incremento do povoamento do interior de Santiago e das ilhas por parte dos forros e filhos da terra.

a escrava/amante para não fazer escravo o seu próprio filho». Tudo isto terá contribuído para «uma significativa porosidade do quadro de dominação racial em Cabo Verde». Uma «tímida mas progressiva aproximação entre os polos de interação social» aumentando a «visibilidade do grupo dominado [...] a partir de uma dinâmica de quebra de laços de vassalagem que, paradoxalmente, não deveu à força do colono, mas à sua fragilização» (2002, pp. 37-39). Ainda, olhando para as estratégias sociais de mobilidade e libertação do jugo escravagista, António Correia e Silva (2001b, p. 327), também referiu ao papel central exercido pelas mulheres negras e mulatas em função do uso da sua «sexualidade e afetividade» e, pese embora o facto dessa mesma relevância ser mitigada em contexto escravocrata e de religiosidade cristã, não descarta que esta lógica falocêntrica tenha sido usada por algumas enquanto estratégia para uma mobilidade pessoal e social, afirmando que «na sociedade escravocrata as relações sexuais e afectivas são frequentemente utilizadas como um dos mais eficazes ‘expedientes’ de realização das estratégias de ascensão, não sendo raros os casos das escravas que se amancebaram de forma estável e duradoura com os seus próprios senhores», obtendo daí a sua alforria e outras benesses económicas e sociais.

Nesta linha, a ideia de domínio sexual do homem sobre a mulher no contexto escravocrata é, em certa medida, relativizada, ao referir que «mesmo entre as malhas apertadas, criadas pela escravatura, algumas das escravas retomavam a iniciativa, utilizando os atributos de inteligência, criatividade, beleza e sedução, (...) sendo muito importante descortinar nestes actos de foro íntimo uma lógica social subjacente» (*ibidem*). Entretanto, Andrade adverte que não foi por um suposto «espírito multirracial do colono português que se deu a miscigenação biológica e cultural entre ele e a escrava negra». Segundo esta autora, as circunstâncias (escassez de mulheres brancas) e as «necessidades fundamentais que uniram os dois sexos» terão resultado na «conformação de uma interligação complexa entre a dominação colonial e a dominação sexual das mulheres africanas submetidas largamente ao concubinato» (1996, p. 9).

Com base nessas ambivalências em pleno regime escravocrata, Monteiro aponta para «práticas transgressivas» em relação ao modelo religioso disseminado pela igreja católica com reflexos na sociedade e para as mulheres em particular, referindo que «em termos históricos e estruturais as ilhas cabo-verdianas ficariam marcadas por uma espécie de plasticidade parental, constatando-se no geral, ainda hoje, uma fraca presença da figura paterna na vida familiar e, conseqüentemente, uma subestimação ou relativa valorização do papel e do valor social das mu-

lheres, mormente pela via da sua excessiva sobrecarga no que respeita às responsabilidades relativamente à gestão e manutenção da família» (2016, p. 992).

Estas reflexões conduzem-nos, igualmente, a uma perspetiva crítica quanto à conceção da família como locus de conservadorismo no sentido de disciplinar as gerações para a aceitação submissa das ordens sociais. É óbvio que como uma agência socializadora mediadora entre o indivíduo e a sociedade, a família tem este papel de preparar os seus membros na integração social. Entretanto no seio dela ocorre também o questionamento e a revolta contra ordens sociais que contrariam a sua sobrevivência e florescimento.

A mestiçagem e o processo de crioulização ocorrido em Cabo Verde terão conduzido, portanto, a dinâmicas familiares que com o tempo desafiaram as formas tradicionais de interação entre os grupos situados em setores sociais opostos, contribuindo para o enfraquecimento do modelo relacional dominante e para uma transformação sócio-familiar especialmente em termos de autonomia e status socioeconómico. Associados a outros fatores já referidos, terão igualmente contribuído para a desagregação do sistema social escravocrata e a sua substituição por um sistema mais complexo em termos de estrutura social, diversificação de funções e grupos sociais. A emergência de uma sociedade agrária com a ocupação efetiva do interior da ilha de Santiago e Fogo e das outras ilhas de vocação agrícola, nomeadamente São Nicolau e Santo Antão, por brancos da terra e negros forros, terá contribuído para o desabrochar de modelos familiares camponeses com as características das famílias nucleares e alargadas baseados na pequena propriedade agrícola e no pequeno comércio. Por outro lado, o despontar do funcionalismo público crioulizado, integrando mestiços e negros forros (séculos XVII-XVIII), terá contribuído para uma maior complexificação social e familiar dando mais espaço ao florescimento desta enquanto estrutura autónoma.

Importa, todavia, considerar todas estas transformações inseridas num contexto insular de poucos recursos, com secas prolongadas e frequentes situações de escassez de alimentos, influenciando diretamente nas dinâmicas sócio-familiares. Estes desafios terão contribuído, do nosso ponto de vista, para aumentar a resiliência da família cabo-verdiana que adaptou um funcionamento em rede de solidariedade muito para além das relações de parentesco, e que através da emigração ganhou uma dimensão transnacional. Esta rede de solidariedade local e transnacional tem tido um papel fulcral na estabilidade da família cabo-verdiana enquanto traço característico do seu funcionamento e um elemento impor-

tante da sua unidade na diversidade. De alguma maneira, provérbios da sabedoria popular africana exprimem esta forma de relação interfamiliar local: «é preciso uma aldeia inteira para educar uma criança» e no ditado que diz: «vizinho é a primeira família».

Buscando as âncoras da coesão social desta família em constante movimento, Lobo (2012) apresenta alguns conceitos fundamentais que favorecem a unidade familiar, nomeadamente a casa, notando que, apesar da mobilidade que caracteriza os seus membros, a casa continua sendo de importância crucial enquanto marca de pertença e unidade da família. E nisso citamos uma imagem muito interessante apresentada pela autora: «as casas são como âncoras que prendem um indivíduo a um grupo, num contexto percebido como inseguro e de difícil atualização das relações familiares» (Lobo, 2012, p. 8). Tendo em conta que dentro delas, através da vivência junta, se constrói o sentimento de identidade da família que, por sua vez, dialoga e se atualiza nas relações com a comunidade mais abrangente.

Para além disso, destacamos a casa como um símbolo do esforço da família para proporcionar conforto, intimidade e bem-estar aos seus membros, acabando por conter e contar a história da família, os seus sacrifícios, as suas alegrias, fazendo presente simbolicamente seus membros ausentes na emigração. Baltazar Lopes da Silva retrata muito bem esses aspetos no seu romance *Chiquinho* que começa exatamente com uma homenagem à casa onde nasceu: «Como quem ouve uma melodia muito triste, recordo a casinha em que nasci, no Caleijão. O destino fez-me conhecer casas bem maiores [...], mas nenhuma eu trocaria pela nossa morada coberta de telha francesa e embuçada de cal por fora, que o meu avô construiu com dinheiro ganho de-riba da água do mar» (2006, p. 13). Esta homenagem é feita para evidenciar a casa como símbolo de pertença e unidade familiar integrando mesmo os membros da família ausentes na emigração:

Ela povoou-se das imagens que enchiam o nosso mundo. O nascimento dos meninos. O balanço da criação. O trabalho das hortas e a fadiga de mandar a comida para os trabalhadores. A partida de Papai para a América. A ansiedade quando chegavam cartas. Os melhoramentos a pouco e pouco introduzidos com os dólares que recebíamos. [...] Bastava olharmos para a mobília americana, o gramofone, os quadros na parede, para sentirmos Papai assistindo connosco, embora tão longe (*ibidem*, pp. 13-15).

A casa (que não quer dizer casa própria, mas muitas vezes, a casa dos avós, como acontece neste caso) emerge assim como o espaço que

sintetiza a identidade e o mundo familiar, a coesão entre os seus membros, o *locus* da tomada de decisões para a manutenção e reprodução da família, o lugar de acolhimento e de formação identitária das novas gerações. Todavia, para a maioria da população, só a emigração de um ou de ambos os chefes da família poderia assegurar a consecução deste bem. Enquanto isso a casa paterna constituía o abrigo para as crianças que, entretanto, iam surgindo de relações informais dos seus membros.

3. *O impacto da emigração na dinâmica familiar dentro e fora do país*

Um fator estruturante da sociedade cabo-verdiana e que tem um forte impacto na dinâmica familiar é, sem dúvida, a emigração. Fator constituinte do seu estabelecimento enquanto sociedade, a emigração é vista geralmente pelo cabo-verdiano como uma oportunidade de contribuir para a melhoria das condições socioeconómicas, sendo uma estratégia de sobrevivência montada pelas famílias para, sobretudo, driblar os efeitos das secas e da consequente degradação económica (Silva de Oliveira 2019; Silva, Jesus, 2019). Esta realidade é bem evidenciada na literatura cabo-verdiana:

Foi quando da seca de novecentos e quinze. Os sequeiros não deram nada e no regadio a água quase secou. [...]. Quando papai viu o tempo tão ruim disse à minha mãe: Maria, eu preciso dar uma ordem na vida. Este tempo não está capaz ... [...]. Estou pensando embarcar para a América [...]. Precisamos criar estes meninos. Hortas não estão dando nada (Lopes da Silva, 2006, pp. 15-16).

Evidentemente, a emigração tem contribuído para recrear e reabilitar Cabo Verde através da renovação socioeconómica e cultural das famílias, marcando a forma de estar e viver dos cabo-verdianos. Dada a relevância que a emigração assume no contexto do país e aos sacrifícios sociais que ela exige, o escritor cabo-verdiano Luis Romano designou o emigrante cabo-verdiano como um soldado da Pátria.

Não obstante, vozes divergentes têm apontado a emigração de um ou de ambos os cônjuges como uma das causas da pretensa desestruturação familiar pela via da separação dos seus membros e de eventuais carências na educação dos filhos criados longe dos pais e da monoparentalidade que afeta uma boa parte da família cabo-verdiana e sobretudo a mulher, pois segundo dados do Anuário Estatístico de Cabo Verde 32% das famílias monoparentais são chefiadas por mulheres (INE, 2016).

Todavia, estudos recentes evidenciam que a irresponsabilidade paterna é o fator mais importante neste contexto, impondo à mulher o duplo papel de pai e mãe tanto na educação como na busca de rendimentos para o sustento da família (Monteiro, 2013; Monteiro, 2016; Silva, 2017), colocando a família numa situação de vulnerabilidade económica e social. Por outro lado, a emigração em Cabo Verde afeta tanto o homem como a mulher. E não raras vezes o homem é que fica na terra indo a mulher à terra longe na busca de melhores condições de vida para a sua família. Neste caso geralmente os filhos ficam com as avós.

A maioria dos estudos sobre a emigração atribui-lhe um papel positivo na coesão familiar. Através das remessas enviadas aos familiares, da manutenção das relações afetivas e de laços de solidariedade com o país natal por parte da diáspora cabo-verdiana, das visitas frequentes, do cuidado com o bem-estar de quem fica, sobretudo do melhoramento do conforto habitacional e no investimento na educação dos filhos facilitando-lhes o acesso a níveis de escolaridade cada vez mais elevados, ela tem contribuído para o bem-estar económico das famílias e o reforço da sua unidade transnacional.

A este propósito Silva de Oliveira destaca a relevância da emigração cabo-verdiana no campo educativo considerando-a «um dos fatores impulsionadores do incremento e da democratização no acesso ao ensino nas ilhas». Para esta autora, «para além das remessas dos emigrantes terem um impacto importante na mobilidade social, tanto daquele que vai e regressa como da sua família, o contacto com outras realidades culturais e a experiência, geralmente dura, de vida nas sociedades de acolhimento fazem com que muitas famílias passem a valorizar ainda mais a escolarização dos seus filhos e a investirem seriamente nisso». Concluindo que «para além da análise das migrações cabo-verdianas numa perspetiva económica, é importante a sua abordagem desde uma perspetiva de diálogo intercultural, focalizando as questões de integração de forma ampla» (2019, p. 118).

O engajamento da família no projeto migratório é destacado por Lobo (2012) quando refere sobretudo a solidariedade entre as mulheres da família, as avós, as tias, as irmãs que assumem as responsabilidades parentais dos familiares ausentes na emigração, sendo que estes de uma forma geral se sacrificam para o bem-estar de todos. Neste quadro devem ser inseridas as trajetórias existenciais e familiares das mulheres que emigram e também devem ser interpretadas quer as relações que elas mantêm com os parentes que deixaram em Cabo Verde, quer com as que constroem no país de imigração. Um ponto fixo dentro deste cená-

rio móvel e diversificado são de facto os laços familiares pensados como valor e como ponto de referência para os seus membros. Dentro destas relações deveras fortes com as figuras que se dedicaram à sua criação, educação e sustentamento nos primeiros anos de vida, é preciso entender o empenho dos filhos, quando adultos, em “devolver” o que receberam de mães e avós. Um laço que se funda, na saudade do país que se abandonou na juventude.

A emigração, de facto, tem contribuído muito para a transformação da paisagem tradicional das aldeias e das cidades do país. Da aldeia tradicional descrita por Ilídio do Amaral (2001) como constituída por edifícios construídos de pedra solta sem reboque sem cal de telhados de palha espalhados sem ordem. Ou, recuando mais no tempo, do sobrado para o colono branco e o funco para o forro livre e o escravo observa-se hoje uma paisagem diversificada onde se destacam casas de diferentes estilos construídas por emigrantes ao lado da casinha tradicional dos pais. Esta é muitas vezes remodelada para proporcionar mais conforto e bem-estar e não destoar tanto do modelo habitacional construído.

A partir deste pano de fundo, a evolução da sociedade, especialmente após a independência nacional, tem contribuído para uma reorganização e mudanças na família. Veiga (2010, p. 18) destaca, a partir dos anos 80, mudanças nas famílias cabo-verdianas nomeadamente a diminuição do casamento, aumento do divórcio, atividade feminina fora da casa, maior taxa de alfabetização. A democratização do ensino e da informação, a liberdade de expressão com o advento da democracia política nos anos 90 tiveram um papel importante na família e para a mulher em particular, na medida em que favoreceram uma maior consciencialização das amarras sociais que a enfraquecia e uma tendência positiva para a equidade de género no acesso ao ensino. Sendo a mulher o centro das relações afetivas e educativas na família a sua mudança de atitude beneficia toda a família. No entanto, é necessário que a educação seja de qualidade e promova efetivamente a descolonização das mentes.

4. Desafios educativos em contextos de vulnerabilidade social e familiar em Cabo Verde

Pelo que ficou dito nas páginas anteriores, depreende-se que a mulher cabo-verdiana desde os tempos idos da sociedade escravocrata tem sido de uma forma geral o centro das relações afetivas e educativas na família e em algumas situações inclusive do sustento dos filhos e do pró-

prio marido. Ainda hoje é muito frequente em Cabo Verde a mulher assumir o papel de mãe e pai dos filhos tanto no sentido educativo como económico. Paradoxalmente o homem é tradicionalmente percebido como símbolo do poder na família. Entretanto, o exercício deste poder está imbricado numa igualmente tradicional ideia de masculinidade associada ao ser ativo sexualmente e implicando ter várias mulheres simultaneamente, bem como uma irresponsabilidade paterna e naturalização das desigualdades de género. Isto coloca a família em situação de instabilidade e vulnerabilidade afetando sobretudo a mulher, que é obrigada a ser mãe e pai, lidando sozinha com a busca do sustento da família e a educação dos filhos. Por outro lado, esta situação afeta de certa forma o cuidado e a atenção aos filhos que muitas vezes se veem privados da presença do pai e da mãe no cuidado e atenção quotidianos. De acordo com Monteiro (2013) as crescentes relações extraconjugais que o homem vai desenvolvendo são geradores de instabilidade na família cabo-verdiana provocando um clima de conflitos, agressões mútuas e violência, especialmente contra a mulher, apesar destas muitas vezes aparentarem estar conformadas com a situação e até estabelecerem algumas relações de cordialidade com os descendentes do marido concebidos fora da família original. Esta situação, mal-aceite de forma geral pela mulher cabo-verdiana, traz segundo esta autora, implicações económicas, sociais e afetivas muito fortes.

Finalmente diríamos que esta situação tem contribuído, para que a mulher encarne o rosto da vulnerabilidade familiar em Cabo Verde sendo obrigada a desdobrar-se em sacrifícios para manter uma certa coesão familiar.

A vulnerabilidade familiar associa-se igualmente à reprodução da pobreza tanto material como educativa num círculo vicioso que é, muitas vezes, agravado pelo consumo excessivo de álcool, pela gravidez precoce e pelo desemprego que são também situações problemáticas que afetam largos setores da família cabo-verdiana. Os estereótipos de género como por exemplo a desvalorização do acesso da mulher à educação escolar, às estruturas de poder económico e político, restringindo-a às funções domésticas e de cuidado dos filhos são igualmente fatores que reproduzem a vulnerabilidade familiar. Não obstante os desafios da busca de sustento e muitas vezes de uma relação conjugal problemática ou da própria emigração que a obriga a uma separação dos filhos e dos familiares, a mulher cabo-verdiana é geralmente percebida como uma figura forte que encontra força nas adversidades para seguir em frente e manter o projeto de proporcionar unidade e bem-estar familiar. A emigração e o acesso à

educação têm sido janelas de oportunidade que favorecem a sua autonomia econômica e ao mesmo tempo lhe permite ajudar a sua família.

Verificam-se, pois, princípios heterógenos e ambíguos na base da formação da sociedade com repercussão na realidade familiar especialmente no domínio comportamental gerando vulnerabilidades que afetam a família no seu todo com destaque para a mulher. Neste contexto, qualquer intervenção educativa junto da família deve ser libertadora, baseada em valores de respeito e equidade. Hoje vem sendo cada vez mais frequente nas ciências sociais e humanas o debate sobre a descolonização das mentes para uma autêntica libertação daquilo que foi o jugo colonial. Considerando a educação uma chave para a transformação das sociedades no sentido da sua maior humanização, ela pode ser geradora de relações equilibradas, mudanças de atitudes na família e democracia na família. Isto faz-se com políticas e práticas que partem em primeiro lugar de uma concepção da família como uma unidade na diversidade onde a experiência de relação com o outro, ocorre na base de uma tensão não isenta de coerção, subordinação, opressão, pela força, autoritarismo, poder e interesses de determinados membros. Assim, o caminho passa pela valorização da diferença e das diferentes vozes e expressões presentes na família, pela busca daquilo que fortalece a coesão – nomeadamente os valores como o respeito, a afetividade, o perdão. Tudo isto constitui desafios a uma aprendizagem do significado profundo da família e a base necessária para a construção de relações interculturais respeitadas e equilibradas no seu seio.

Destacamos aqui, para finalizar, um extrato de uma mensagem do Papa Francisco (2015) dedicada à família, onde ele defende a família como «uma escola de perdão» (*Ibidem*) na medida em que “não existe família perfeita”:

Não existe a família perfeita, mas não é preciso ter medo da imperfeição, da fragilidade, nem mesmo dos conflitos; preciso é aprender a enfrentá-los de forma construtiva. Por isso, a família onde as pessoas, apesar das próprias limitações e pecados, se amam, torna-se uma *escola de perdão*. O perdão é uma *dinâmica de comunicação*: uma comunicação que define e se quebra, mas, por meio do arrependimento expresso e acolhido, é possível reatá-la e fazê-la crescer. Uma criança que aprende, em família, a ouvir os outros, a falar de modo respeitoso, expressando o seu ponto de vista sem negar o dos outros, será um construtor de diálogo e reconciliação na sociedade (*ibidem*).

Educar para o perdão é situar igualmente as heranças do passado no seu contexto histórico e libertar-se das suas cargas negativas e aproveitar

os seus aspetos positivos em prol de uma família como lugar de vida, alegria e paz.

Conclusão

Conclui-se, portanto, a existência de valores contraditórios na base da formação da família cabo-verdiana historicamente fundada na desigualdade racial, fragilidade e instabilidade conjugal, e processo migratórios. Importa entretanto considerar o movimento e a dinâmica familiar e as transformações sociais que têm ocorrido, contribuindo para uma diversidade de configurações da família, encontrando todas suportes empíricos na atualidade: a família alargada com várias gerações convivendo sob o mesmo teto incluindo elementos sem uma relação direta de parentesco direto; a família nuclear unida pelo casamento e a união de facto em Cabo Verde como alternativa em muitos lares, a família monoparental em que apenas um dos cônjuges e os filhos vive juntos, tendo de longe maior expressão para monoparentalidade feminina provocada geralmente por relações conjugais conturbadas, em que o homem possui em simultâneo várias mulheres (mães de filho) gerando tensões e vulnerabilidade na família num contexto de poucos recursos económicos.

Elementos como a fortaleza da mulher (seja ela mãe, tia, avó) e o seu papel na coesão familiar, a valorização dos filhos, a interiorização de valores cristãos, a emigração como uma oportunidade de melhoria das condições económicas e culturais da família, a solidariedade como base do seu funcionamento em redes locais, nacionais e transnacionais constituem pilares enraizados na cultura familiar cabo-verdiana e que lhe dão sustentáculo e energia positiva.

Do lado das vulnerabilidades ficou patente a irresponsabilidade paterna e a prática da poligamia informal que traz vulnerabilidade familiar, reforço dos estereótipos de género e que constituem um empecilho ao florescimento de todos os membros da família e inclusive até a violência doméstica. Diretamente interligado destacamos a situação da mulher neste contexto de vulnerabilidade familiar, as suas dificuldades no acesso à formação e a recursos económicos. O alcoolismo e a gravidez precoce enquanto fatores de vulnerabilidade na família e de reprodução da pobreza.

Mesmo assim, concordamos com Lobo que o conceito de família desestruturada não é o adequado para caracterizar as especificidades de determinadas famílias cabo-verdianas em situação de vulnerabilidade,

pois a origem deste conceito prende-se ao contexto histórico cultural contemporâneo dando conta de um conjunto de situações que abalam a família na nossa época e que, vivendo num mundo globalizado, também afetam a família cabo-verdiana. Entretanto são diferentes daquelas que estão implicadas na vulnerabilidade de determinadas camadas da família cabo-verdiana, pelo que preferimos falar em famílias em situação de vulnerabilidade, para explicar esta peculiaridade que têm razões históricas e contextuais que a moldaram.

Referências bibliográficas

- Amaral I. (2001): *Cabo Verde: introdução geográfica*. In: *História Geral de Cabo Verde*. Vol. I., 2.ed. Lisboa e Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Nacional de Investigação Cultural, pp. 1-22.
- Carreira A. (1977): *Migrações Nas Ilhas de Cabo Verde*. Lisboa: Universidade de Nova Lisboa, Quinta do Cabeço Olivais.
- Carreira A. (1984): *Cabo Verde: Aspectos Sociais. Secas e fomes do século XX*. Lisboa: Ulmeiro.
- Carreira A. (2000): *Cabo Verde: formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*. 3.ed. Praia: Instituto de Promoção Cultural.
- Correia e Silva A. (1996): *Histórias de um Sabel insular*. 2.ed. Praia: Spleen.
- Correia e Silva A. (2001a): *Cabo Verde e a geopolítica do Atlântico*. In: *História Geral de Cabo Verde*. Vol. II., 2.ed. Lisboa e Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Nacional de Investigação Cultural, pp. 1-16.
- Correia e Silva A. (2001b): *A sociedade agrária. Gentes das águas: senhores, escravos e forros*. In: *História Geral de Cabo Verde*. Vol. II, 2.ed. Lisboa e Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Nacional de Investigação Cultural, pp. 275-357.
- Correia e Silva A. (2001c): O Nascimento do Leviatã Crioulo. Esboços de uma Sociologia Política. *Cadernos de Estudos Africanos*, 1, Jul-Dez.
- Correia e Silva A. (2002): *Dinâmicas de decomposição e recomposição de espaços e sociedades*. In: *História Geral de Cabo Verde (HGCV)*, v. III. Lisboa e Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Nacional de Investigação, Promoção e Património Culturais de Cabo Verde, pp. 1-66.
- Dias J.B. (2016): Projectos migratórios e relações familiares em Cabo Verde. *Revista interdisciplinar da mobilidade humana*, 14, pp. 26-27.
- Instituto Nacional de Estatística (INE) [Cabo Verde], (2008): *Segundo Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva, Cabo Verde, IDSR-II, 2005*, em colaboração com Ministério da Saúde e Macro International, Calverton, Maryland (USA), INE.
- Instituto Nacional de Estatística (INE) [Cabo Verde], (2010): *Recenseamento Geral da População e Habitação 2010. Condições de vida*. INE.

- Instituto Nacional de Estatística (INE) [Cabo Verde], (2016): *Anuário Estatístico de Cabo Verde*. INE.
- Lobo A. (2010): A família em Cabo Verde. Uma perspetiva antropológica. *Revista de estudos africanos*, 4, pp. 99-113 (disponível em: <http://www.unicv.edu.cv/images/stories/EdicoesUniCV/Revista4/06.pdf>; última consulta: 18 de dezembro 2019).
- Lobo A. (2012): *Tão Longe Tão Perto. Famílias e “movimentos” na Ilha da Boa Vista de Cabo Verde*. Praia: Edições UNICV.
- Lopes [Da Silva] B. (1947): *Chiquinho*. Mindelo: Claridade (edição sucessiva: *Chiquinho. Romance cabo-verdiano*. Lisboa: Vega, 2006)
- Lopes Filho J. (1995): *Retalhos do quotidiano*. Lisboa: Editora Caminhos.
- Lopes Filho J. (1996): *Ilha de São Nicolau, Cabo Verde: Formação da sociedade e mudança cultural*. II vol. Lisboa: Secretaria Geral do Ministério de Educação.
- Lopes Filho, J. (2006): *Cabo Verde: Abolição da escravatura – subsídios para o estudo*. Praia: Spleen.
- Martins F., Fortes C. (2011): Para além da crise. Jovens, mulheres e relações familiares em Cabo Verde. *(Con)textos*, 2, pp. 13-29.
- Monteiro E. Furtado (2016): *Crioulidade, colonialidade e género: as representações de Cabo Verde*. *Revista Estudos Feministas [online]*, 24(3), pp. 983-996 (disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ref/v24n3/1806-9584-ref-24-03-00983.pdf>; última consulta: 18 de dezembro 2019).
- Monteiro M.I. Tavares (2013): *Família e género na perspetiva das mulheres kumbóssas: um estudo etnográfico no Concelho de Santa Catarina, Ilha de Santiago/CV*. UNICV, Mestrado em Ciências Sociais (disponível em <https://core.ac.uk/download/pdf/38682209.pdf>; última consulta: 18 de dezembro 2019).
- Organização Mundial de Saúde (OMS) (2010): *Raparigas adolescentes*. Disponível em: http://www.who.int/profiles_information/index.php/Cape_Verde:Adolescent_girls/pt; última consulta: 18 de dezembro 2019).
- Papa Francisco (2015): Mensagem de Sua Santidade Papa Francisco para o XLIX Dia Mundial das Comunicações Sociais. Comunicar a família: ambiente privilegiado do encontro na gratuidade do amor (17 de Maio). (Disponível em https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/messages/communications/documents/papa-francesco_20150123_messaggio-comunicazioni-sociali.html; última consulta: 18 de dezembro 2019).
- Poster M. (1978): *Teoria crítica da família*. Trad. port. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- Seurat A. (2017): *As práticas parentais junto das crianças menores de seis anos em Cabo Verde*. UNICEF.
- Silva C. (2015): Immigrants from Cabo Verde in Italy: history and paths of socio-educative integration. *Journal of Cape Verdean Studies*, 2(1), pp. 25-35.
- Silva C. (2017): Cape Verdean immigrant women in Italy. *Pedagogia oggi*, XV, pp. 373-383.

- Silva C., Jesus M. de L. (2019): *Capoverdiane d'Italia. Storie di vita e d'inclusione al femminile*. Milão: FrancoAngeli (próximo lançamento em português: *Cabo-Verdianas de Itália. Histórias de vida e de inserção à maneira feminina*. Préfácio de J.C. Fonseca. Praia: Rosa de Porcelana Editora, 2020).
- Silva de Oliveira G. (2019): *Diversidade, Interculturalidade e Inclusão: Desafios à Educação Básica em Cabo Verde*. Praia: Mudjer.
- Veiga U. da (2010): *Conciliação entre a vida profissional e familiar em Cabo Verde. O papel do Estado e das famílias*. ISCTE-IUL (dissertação de mestrado em sociologia).